

## Servidores do IBAMA e ICMBio rejeitam por unanimidade a proposta do MGI

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Maranhão (Sindsep/MA) realizou hoje, 16, às 10 horas, assembleia com os servidores (as) do IBAMA e ICMBio para apresentar, debater e aprovar ou rejeitar em parte ou em sua totalidade a proposta do Ministério de Gestão e Inovação (MGI) para o Plano de Carreiras da categoria, para depois remeter o resultado para a Condsef que a encaminhará ao MGI.

A discussão aconteceu no auditório do IBAMA, no Bequimão e contou com a participação maciça dos servidores do ICMBio e IBAMA e diretores do Sindsep/MA.

A mesa coordenada pelo presidente do Sindsep/MA foi composta também pelo vice-presidente, Raimundo Pereira, pelo diretor da secretaria de Saúde e Segurança do Trabalhador e Meio Ambiente, Francisco Cardoso, que é aposentado do IBAMA, além da secretária Geral, Maria da Conceição Reis.

O presidente João Carlos justificou a necessidade da realização da assembleia como parte do processo de negociação com a mesa setorial e que todos os estados deveriam mandar suas posições sobre a proposta apresentada na Mesa pelo MGI.

Após a leitura da proposta apresentada pelo MGI, o presidente João Carlos franqueou a palavra aos servidores presentes. O analista ambiental do ICMBio Alexandre Caminha de Brito destacou a importância da união de todos e lembrou que todas as conquistas dos servido-



res até hoje foram frutos da luta e organização dos trabalhadores.

Sobre o Plano Carreiras apresentado pelo MGI, Alexandre foi enfático; “Essa proposta é um retrocesso e até mesmo um desrespeito para com a categoria e voto para que ela seja 100% rejeitada”, disse Alexandre Caminha.

Para a analista ambiental do IBAMA, Ciclenia Brito, a contraproposta apresentada em power point pelo MGI é um verdadeiro desafio com a categoria que teve o trabalho de apresentar um Plano de Cargos bem elaborado e com as devidas justificativas. “É um desrespeito que o MGI nos apresente uma proposta em um slide sem qualquer justificativa para sustentar o que estava sendo proposto”, sustentou Ciclenia Brito.

Na oportunidade foi aprovada a criação de uma comissão para mobilizar e organizar a categoria em torno das discussões do Plano de Cargos e Carreiras.

Ao final das discussões a proposta do MGI foi colocada em votação e foi rejeitada por unanimidade entre todos os presentes de forma física e pelos servidores que estavam participando de forma remota.

“Nós do Sindsep tínhamos

## Dia 28 Reunião da MNNP e Dia de Luta por orçá- mento justo para o funcionalismo

“Os recursos no orçamento só irão surgir com nossa pressão”. Esse é o recado do secretário-geral da Condsef/Fenadsef aos servidores federais em todo o Brasil. A entidade, que representa a maioria do Executivo Federal, participa com sua filiadas de um calendário de lutas aprovado no Fonasefe. Na próxima quinta-feira, 22, é Dia de Luta pela Educação. Na outra quinta, dia 28, data da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), tem Dia Nacional de Luta em todo o Brasil, nas ruas e nas redes.

A luta por orçamento justo continua. Na contraproposta unificada apresentada pela bancada sindical, que será pauta desta reunião, além da equiparação dos benefícios com os demais Poderes, os servidores do Executivo buscam a reposição de perdas salariais das categorias, sendo os percentuais construídos a partir de dois blocos distintos. No dia 26, o Fonasefe realiza uma live onde apresenta esses detalhes.

**Por direitos e dignidade.  
Nenhum servidor fica para trás.**

**Confira a agenda de atividades**  
22 de fevereiro

Dia de Luta pela Educação

26 de fevereiro

Live do Fonasefe: Contraproposta visa recomposição de perdas salariais

28 de fevereiro

Dia Nacional de Luta com paralisação de atividades e reunião da MNNP

Fonte: CONDSEF



## Cinco trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão

Cinco trabalhadores foram resgatados em condições análogas à escravidão em uma propriedade rural no município de Farroupilha, na serra gaúcha, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com apoio da Polícia Federal (PF). A operação foi realizada na terça-feira de Carnaval (13). O empregador foi preso em flagrante e o alojamento em condições degradantes foi interditado. Todos os resgatados são homens, sendo dois adolescentes e um proveniente do Uruguai.

O Ministério Público do Trabalho (MPT-RS) informa que, em regime de plantão, monitorou os desdobramentos da operação junto à fiscalização da Gerência Regional do Trabalho e Emprego (GRTE) de Caxias do Sul. Os adolescentes tem 15 e 17 anos e estavam desacompanhados de seus representantes legais. Com exceção do homem uruguaio, vindo de Rivera, todos eram provenientes de Santana do Livramento, na fronteira com o país vizinho.

De acordo com o relatado pelos auditores-fiscais do MTE, os trabalhadores foram contratados na cidade de origem mediante falsas promessas em relação à remuneração, alimentação e moradia. Foram deslocados com transporte efetuado pelo próprio empregador ou com passagens por ele custeadas. Ao chegarem na propriedade rural, localizada em Linha Jansen, interior do município,

foram alojados em péssimas condições de saúde, segurança e higiene.

### Alojamento em condições degradantes

Segundo o que foi averiguado pela ação fiscal do MTE, o acesso ao alojamento ficava escondido nos fundos de uma câmara fria e permanecia fechado por uma porta de metal para não ser descoberto. Os trabalhadores precisavam atravessar pela sala de máquinas do sistema de refrigeração do estabelecimento e eram orientados a fugirem e se esconderem caso se iniciasse uma fiscalização na propriedade rural, ou a indicarem outros locais como sendo seus locais de alojamento.

Além de estar situado em local impróprio, ruidoso em função do funcionamento do maquinário, as condições de limpeza e sanitárias eram precárias. O MPT-RS relata que havia esgoto a céu aberto e não eram fornecidos itens para limpeza e higiene, inclusive papel higiênico. Nas camas havia colchões velhos, desgastados, ou somente espumas. O alojamento foi interditado pelo auditores-fiscais.

Segundo a Fiscalização do Trabalho, a comida fornecida era escassa e pouco variada, basicamente feijão, arroz e pedaços de frango, insuficiente na divisão entre todos os trabalhadores. Qualquer alimento a mais seria cobrado pelo empregador. Todos os utensílios necessários para alojamento ou trabalho também

eram cobrados pelo empregador.

“A remuneração que efetivamente seria paga não correspondia ao salário oferecido originalmente. O valor prometido por dia de trabalho somente se concretizaria caso os trabalhadores laborassem no mínimo 16 horas por dia, o que significaria – se tal horário fosse cumprido - extrapolação da jornada de trabalho legal em oito horas por dia. Não havia dia para descanso e os dias de chuva não eram remunerados”, informa o MPT-RS.

Fonte: CUT



## NOTA DE PESAR

O Sindsep/MA lamenta a perda irreparável da companheira **Margari-da Dias Aquino**, servidora aposentada do IFMA Campus Imperatriz, que faleceu ontem 15 de fevereiro. A entidade se solidariza com a família e amigos pela enorme perda.